

Ajuste fiscal do governo será juntado a Emendão

BRASÍLIA — O governo não vai remeter ao Congresso seu projeto de reforma fiscal. A forma de incorporação do texto do governo ao projeto que tramita no Congresso oriundo do Emendão foi definida ontem, na 12ª reunião setorial sobre a proposta, no Palácio do Planalto, que durou duas horas e meia: o relator do projeto do Emendão, deputado Benito Gama (PFL-BA), incorporará ao seu substitutivo às mudanças pretendidas pelo Executivo, dando tramitação mais rápida à reforma fiscal.

O projeto do qual Gama é relator recria a Taxa de Conservação Rodoviária, derrubada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), incorporan-

do-a à Constituição, e entre outras mudanças reduz o repasse aos municípios dos recursos arrecadados pelos estados com o ICMS.

Segundo o secretário de Imprensa da Presidência da República, Pedro Luís Rodrigues, o que foi elaborado pela comissão de reforma fiscal, coordenada pelo advogado tributarista Ary Oswaldo Mattos Filho, é apenas uma proposta preliminar. Sequer estão definidos, ainda — o que poderá ocorrer na discussão com os líderes partidários — os atos legais em que será desdobrada a reforma, isto é, que mudanças virão por emenda constitucional, projeto de lei ou decreto.